

APRESENTAÇÃO

Historiografia e Ensino de História em tempos de crise: experiências, narrativas e futuros possíveis

Historiography and History Teaching in Times of Crisis: Experiences, Narratives and Possible Futures

Daniel Pinha*

Wagner Geminiano**

O Ensino de História, seja associado ao trabalho e ao cotidiano docente no chão da escola ou entendido como campo de pesquisas e investigações situado na interface com a educação e a história produzidas na Universidade, vem sendo atravessado, ao longo dos anos, por reflexões sobre crises que impactam sujeitos, práticas, saberes e culturas. Crises que provocam resistências, conflitos, confrontos, assim como alimentam sonhos e utopias. Neste dossiê temático, propomos abordar o Ensino de História a partir dessa perspectiva, reunindo resultados de pesquisas que refletiram a partir desse enfoque e que contemplaram a crise em seus mais variados aspectos: histórias do Ensino de História, formação de professores, materiais didáticos, memórias docentes e discentes; bem como as resistências de todos os tipos, tais como os questionamentos aos modelos curriculares, relações acadêmicas que geram narrativas uniformes, materiais didáticos com propostas restritas, cerceamento ao trabalho docente e perseguição a professores. Em todos há uma preocupação em inscrever a reflexão no tempo presente, que, em função da pandemia da

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. daniel.pinha@gmail.com

** Secretaria Municipal de Educação – SME, São José da Coroa Grande – PE, Brasil. INCT-Proprietas. wagnerbarauna@yahoo.com.br

Covid-19 e da crise da democracia brasileira, instaurou novos arranjos nos processos de ensino-aprendizagem de História.

Desse modo, torna-se central pensar como o ensino de História, em suas variadas nuances e etapas – da educação básica ao ensino superior, da Escola à Universidade, passando pelos espaços não formais de educação e formação –, tem buscado dar conta de lidar com as crises permanentes instauradas por uma sociedade absolutamente globalizada, em que as regras e os procedimentos de subjetivação do capitalismo neoliberal têm buscado vampirizar as práticas e formar os sujeitos de que precisa. Nos referimos não só aos países do “norte global”, mas também àqueles do “sul global” (SANTOS, 2010) ou da assim chamada “periferia do capitalismo”, notadamente o Brasil, como apontam os textos deste dossiê. Pensar essas questões a partir da complexidade de cada lugar e tempo parece ser condição necessária para dar conta do papel de professores e professoras, sejam eles de escolas públicas ou privadas, de universidades públicas ou privadas, em seus diferentes níveis de ensino. Nesse sentido, o ensino de História se apresenta como campo de pesquisas e investigações que apontam na construção de alternativas políticas, sociais, culturais e econômicas, não apenas problematizando e questionando a instauração desta ordem neoliberal como supostamente hegemônica, mas que apontem, sobretudo, caminhos para a ação política, para a construção de futuros e sociedades outras, baseados em valores e princípios como diversidade, pluralidade, equidade e tendo no exercício da democracia e das liberdades estabelecidas por um Estado Democrático de Direito um de seus nortes.

Assim, lidar com as crises permanentes, que como afirmou o velho Marx, já era característica fundamental ao capitalismo em seu nascedouro, e parecem ter se tornado seu *tópos* central. Notadamente nestes tempos cada vez mais acelerados, velozes e marcados pelo ritmo temporal atualista (PEREIRA e ARAUJO, 2018) desta primeira quadra do século XXI, pensar a crise parece ser tarefa fundamental para um ensino de história e para professores e professoras de história, em formação ou já formados, que ambicionem construir possibilidades outras de sociedade e de futuro. Isto significa assumir a mudança como uma das condições fundamentais do devir histórico e sobre ela construir o percurso para sua estabilização, seja resistindo ao esgarçamento e às violências que ela produz, seja elaborando sentidos que a expliquem para o nosso tempo. Desse modo, a pesquisa e o ensino de história se colocam à dis-

posição para compreender a experiência da crise, dando forma e orientando, assim, a ação política dos muitos sujeitos precarizados, vulnerabilizados, invisibilizados que formam e forjam o nosso tempo com seus corpos e sangue. Construir utopias, não como uma promessa não realizável ou sempre postergável para um futuro mais distante, mas como um campo aberto de possibilidades de futuros outros para esses outros sujeitos que pedem passagem, que reivindicam terem suas histórias ouvidas, contadas, narradas, gritadas. Essa é tarefa urgente de todos aqueles que militam, hoje, na educação como um todo, e notadamente no ensino de história em particular.

São questões que atravessam, de algum modo, todos os nove artigos que compõem o dossiê. E assim indiciam como todos os textos trazem as marcas deste contexto. Atravessados pela angústia de produzir ou apontar saídas para esse momento de crise, os autores dialogam com uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, a partir das quais buscam produzir não só um diagnóstico destes processos de crise; mas, muitas vezes, de forma agônica, construir soluções e apontar saídas possíveis imaginando futuros outros, que não estejam agrilhoados às correntes do nosso presente ou dos passados que sobre ele ou dentro dele retornam. Tentando elaborar experiências e relatos de memória que servem de cimento para configurar e imaginar salas de aulas, práticas de ensino e de formação de professores que atravessem os umbrais das práticas neoliberais de conformação da sociedade capitalista, em direção à visibilização de tempos, sujeitos e futuros outros. Isto se expressa, ao nosso ver, na escolha do gênero ensaio como forma de construir boa parte dos textos e vazar suas narrativas, dando-lhes uma forma mais fluida, estilisticamente mais leve e ao mesmo tempo complexa; bem como com o estabelecimento do diálogo do ensino de história ou da própria historiografia sobre o ensino de história com a filosofia e com a literatura, que aparecem também em parte dos artigos como elemento fundamental para a construção tanto do diagnóstico de nosso tempo como das possibilidades de ultrapassá-lo, para além dos processos de crise.

Há, desse modo, nos textos que compõem o dossiê, um rearranjo tanto nos modos de interpelar os problemas dos tempos de crise e sua relação com o ensino de história, quanto com a forma como esses argumentos serão modulados e narrados. Apontar para esse rearranjo nos parece fundamental, uma vez que esta postura também indicia uma posição política e ética diversa fren-

te aos atuais aspectos disciplinares que ainda são hegemônicos e constituem o campo da pesquisa em história e do ensino de história, apontando com isso para outras possibilidades de modulação que tensionam o modelo artigo e o formato acadêmico, apresentando-se como experimentos da fluidez e da oralização do formato aula, seja ela pensada como prática ou como experiência memorializada, verbalizada, escrita, transcrita, gritada. Assim, os textos deste dossiê, se pensados a partir do modo como eles foram produzidos e vazados, também apontam como saída para a superação dos tempos de crise a própria capacidade de (re)imaginar outros ou novos modos de narrar e de ensinar a história, seja em sala de aula ou fora dela. Não deixa de ser um convite à imaginação. Um convite a produzir sentidos e significados outros, a permitir um colorido de interpretações, de leituras dos tempos de crise, que contraste e coloque em perspectiva histórica o cinza crepuscular que parece ter recaído sobre nosso tempo e nossos corpos, em especial em nosso país.

Isso se expressa, sobretudo, na diversidade dos sujeitos narrados ou tornados personagens centrais nas narrativas dos textos que se seguem: mulheres, negros, jovens periféricos, vulnerabilizados, precarizados, invisibilizados, violentados... Fazê-los cintilar nesses novos modos de contar e narrar a história, suas histórias, de garantir-lhes o direito a uma história, parece ser uma postura política e ética central nesses textos. Ou, mais que isso, um chamamento a agir. Um ensinamento na direção de como agir daqui por diante. Uma aula não só de história ou de como se ensinar história, mas uma aula de como assegurar o direito à história, seja através do seu ensino ou da sua pesquisa, seja nas salas de aula da escola básica ou da universidade ou em qualquer espaço em que possa ser possível, a todos aqueles que ainda hoje parcela significativa da nossa sociedade teima em negar dignidade historiográfica. Diante das crises de nosso tempo ou dos tempos de crise que nos atravessam, este parece ser não só um modo de resistência a eles, mas uma utopia possível para o ensino de história e os professores e professoras que o fazem, seja como prática de sala de aula ou de pesquisa acadêmica.

Acreditamos, desse modo, que os artigos que compõem este dossiê explicitam de forma eloquente este conjunto de questões que a proposta apontou, assim como revelam o vigor e a intensidade com que a crise democrática vem sendo tratada enquanto objeto de investigação e interesse no campo do ensino de história. Apresentam ao/à leitor/a múltiplos desdobramentos e possibilida-

des de problematização, seja no cotidiano e na prática docente empreendida por professores/as da escola básica, seja no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que avaliem os impactos da crise democrática no tempo presente e as formas de ensinar e aprender história em meio a este contexto.

Abrimos o dossiê com dois ensaios que indagam sobre a centralidade da categoria *experiência* no ensino de história, na passagem da experiência vivida e compartilhada por sujeitos e comunidades, para a experiência narrada em forma de história, no ambiente da aula e em suas interfaces com a historiografia acadêmica.

Em “Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentidos em uma aula de História”, Caroline Jaques Cubas reivindica uma aula de história orientada pelos afetos e pelas dores dos sujeitos que a constituem – professores/as e alunos/as. Partindo da descrição de uma experiência violenta narrada em uma aula sobre a Revolta dos Malês, a autora identifica o não espanto como sintoma da crise contemporânea, não só do ensino da história como da escola como um todo. Nesse sentido, a crise dos valores democráticos e da pactuação em torno dos Direitos Humanos traria ao/a professor/a, desafios e responsabilidades para que a experiência tome seu lugar e seja capaz de afetar-se, mexer com os/as alunos/as, atravessá-los, “cortá-los”. Nos termos de Cubas, a crise impõe à aula de história o desafio de criar condições para que as coisas espantosas espantem, para que a violência incomode, mirando a reconstituição de uma humanidade esgarçada.

Em “A vida como mestra da história, a vida como mestra da escola”, Marcia de Almeida Gonçalves também propõe uma reflexão sobre os desafios ético-políticos próprios ao ensino-aprendizagem de história em um ambiente escolar atravessado pela crise. Se no primeiro artigo a autora parte da experiência narrada para a vivida, Gonçalves traça um caminho inverso, das histórias de vida precarizadas para as suas formas de enunciação narrativa, tanto na historiografia acadêmica quanto na escolar. Desse modo, traz à tona uma dimensão fundamental à experiência da crise democrática contemporânea: a violência cometida pelo Estado contra sujeitos vulnerabilizados por critérios de gênero, raça, classe, território, sujeitos forjados na interação com as hierarquias e exclusões subjacentes à formação social brasileira. Renova-se, assim, uma pergunta cara à historiografia, desde os antigos: “que vidas narrar”? Lida agora à luz do ambiente de crise e da multiplicação de sujeitos de fala que

compõem a cena contemporânea: afinal, quais os lugares da história (e da escola) na reconstituição destas vidas – em diálogo com Butler – precárias? O artigo coloca a história à disposição desses sujeitos, em defesa do direito ao luto de quem é afetado cotidianamente pela banalização da violência.

Tal como Marcia Gonçalves, Susanna Fernandes Lima investe na relação entre subjetividade e um ensino de história orientado para uma ética de valorização da vida. Em “Não se fazem mais linhas do tempo como antigamente – ainda bem!”, a vida se materializa em linhas do tempo, escritas por alunos/as que, no ato de narrar sobre si, revelam não apenas elos entre passado-presente, mas suas angústias e projeções de futuros marcados por um horizonte de incertezas. Há, aqui, uma condição eminentemente política e transformadora no ato de despertar nesse outro (aluno) o interesse em narrar-se: dar existência através do tempo, em momentos de crise, significa não apenas usar a história para oferecer novas possibilidades de futuro individuais, como ampla, também, possibilidades para a ação coletiva, para mudanças com e através do outro.

Enquanto a reflexão de Susanna Lima é centrada nas linhas do tempo produzidas por alunos, Giuvane de Souza Klüppel, em “Sintomas de crise na História? Investigando regimes de historicidade em discursos sobre a história do Brasil” também examina discursos produzidos por jovens estudantes de história da escola básica, partindo, no entanto, de outro ponto de análise. O autor utiliza softwares de pesquisa para analisar discursos sobre a história do Brasil, visando a uma problematização de conceitos caros à teoria da história e à história da historiografia, casos de “presentismo” e “atualismo”. O objetivo é elaborar uma interpretação acerca de como os jovens se relacionam com os regimes de historicidade e as conclusões são as seguintes: menções ao futuro e efeitos do conhecimento histórico para fins práticos de orientação temporal não são mobilizados diretamente no discurso histórico dos jovens; além disso, são poucas as projeções do seu próprio presente, sem apresentar uma aposta em uma novidade temporal na relação entre os tempos. Evidencia-se, assim, uma dimensão importante para a compreensão da crise contemporânea: a crise da história disciplinar, envolvendo não apenas o esgotamento de um modelo que propõe uma conexão estável entre passado, presente e futuro, mas uma crise que aponta, segundo Klüppel, pela necessidade por novas histórias,

histórias outras e pela inclusão de outras individualidades e formas de representação do passado.

É nesta situação de ambivalência que podemos situar um dos pilares da crise contemporânea: da tensão entre desestabilização da forma moderna de “disciplinar” a história e a emergência de novos sujeitos em enunciados discursivos, atores da experiência e autores de narrativas. De certo modo, explicitam essa tensão, em meio à crise democrática, os textos de Gessica Guimarães – em sua tematização sobre o gênero e os discursos em torno da chamada “ideologia de gênero” – e o texto de Juçara Mello e Iamara Viana, sobre patrimônios negros. A incorporação das vozes políticas de mulheres e negros está, certamente, na ordem do dia.

Em “Pela família e pela liberdade: aspectos da racionalidade neoliberal no debate sobre a ideologia de gênero”, Gessica Guimarães analisa os discursos sobre a ideologia de gênero articulados aos aspectos da racionalidade neoliberal. A defesa da liberdade e da família, nos termos das apropriações conservadoras e reacionárias antidemocráticas, são compatíveis ao projeto político de racionalidade neoliberal elaborado no interior da crise. A autora empreende uma pesquisa nos debates sobre gênero no ambiente parlamentar, em particular na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) entre os anos de 2014 e 2018. Guimarães conclui que mesmo em um cenário marcado pela evidenciação de discursos discriminatórios, excludentes e anticientíficos, o espaço público é ainda um território em disputa e com possibilidades de avanço nos valores democráticos, ainda que, nos marcos do neoliberalismo, haja uma clara tentativa de redução da esfera do político e o alargamento do âmbito privado. O enfrentamento dessa relação entre neoliberalismo e valores antidemocráticos se apresenta como um desafio que está posto a professores/as que atuam na conformação de um ensino de história, orientados por/para uma educação democrática.

Lançando mão de um diálogo com a abordagem decolonial, Juçara Mello e Iamara Viana operam com a categoria “patrimônio cultural negro” para pensar a utilização, no ensino de história, das memórias e histórias da população negra na cidade do Rio de Janeiro – mais especificamente no bairro de Madureira. Em parceria com a escola Instituto de Educação Carmela Dutra, elas avançam na reflexão sobre atividades e proposições didáticas acerca da história local, em interface com a presença negra na região por meio do jongo,

do samba, do carnaval e das diversas manifestações culturais da resistência e da ancestralidade negras. Em suma, as autoras põem em prática os pressupostos de uma educação antirracista a partir do ensino de história, levando em conta o caráter indissociável entre democracia e enfrentamento ao racismo, fundamental ao nosso contexto de crise.

No terceiro e último bloco de nosso dossiê, apresentamos artigos que dialogam intensamente com a crise política brasileira contemporânea – tendo como marco o processo golpista que impôs a queda de Dilma Rousseff na Presidência da República em 2016 – e as formas pelas quais esse processo afetou o ofício de historiadores/as e professores/as em seu cotidiano, bem como o ensino e a aprendizagem da história escolar. Estamos falando de uma suspensão da ordem democrática que não inaugurou, de imediato, um período ditatorial, mas tornou vulneráveis prerrogativas da ordem institucional promovidas na concertação democrática de 1988. De um ponto de vista curricular, a história escolar caminhava na condição de ponto de apoio para a consolidação de uma perspectiva democrática e cidadã no tempo presente, uma situação certamente reconfigurada pelo ambiente de crise. Nos textos de André Luan Nunes Macedo, Edmilson Alves Maia Junior, Juliana Teixeira Souza e Jandson Bernardo Soares encontramos diagnósticos e reações a esse clima histórico.

O artigo de André Macedo, intitulado “A história do Brasil entre ‘mundos’ e a excepcionalidade europeia: a Base Nacional Curricular Comum (2014-2018)” problematiza os caminhos de produção da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), entre os anos 2014 e 2018. Ele examina os pareceres encomendados pelo Ministério da Educação a professores universitários de história, lidos à luz do turbulento contexto político do governo Temer. As diferentes versões da BNCC evidenciam, segundo a hipótese do autor, a vitória de uma proposta curricular eurocêntrica, ancorada em uma tradicional divisão quadripartite: o eurocentrismo ora aparece através de uma semântica da negação, trazendo à tona “diferentes” mundos e singularidades, ora surge como forma de reafirmar postulados de uma razão historiográfica que confirma sua força e sua forma.

Em “Escutas da docência: ensino de história sobre a Ditadura em tempos de autoritarismo e capitalismo digital pandêmico”, Edmilson Alves Maia Junior analisa o ensino de história da Ditadura Militar tendo em conta a dimensão sensível que envolve o tratamento desse tema nos dias de hoje, em um

ambiente de negacionismo amplamente disseminado no governo e em setores da sociedade. Partindo das experiências narradas em uma série de podcasts, realizadas junto a professores da cidade de Quixadá, no Ceará, o autor problematiza, ainda, o cotidiano e as condições de trabalho de professores imersos no ensino remoto em tempos de pandemia da Covid-19.

Encerra a nossa coletânea, justamente, um artigo que tematiza o nosso tempo presente mais imediato: é dos impactos da pandemia na formação de docentes que trata o texto de Juliana Teixeira Souza e Jandson Bernardo Soares. Em “Formando historiadores em meio à crise pandêmica”, acompanhamos uma avaliação crítica sobre as primeiras experiências com o ensino remoto, voltada aos cursos de graduação em História. O texto investe no ensino universitário de história – um campo ainda árido e pouco explorado – em particular, em cursos voltados à metodologia da história, utilizando a experiência comum de enfrentamento da crise sanitária enquanto mote para pensar o ofício e a formação profissional em história. Por fim, põe à disposição do/a leitor/a propostas sobre o que ensinar e como ensinar história em cursos universitários de formação inicial.

REFERÊNCIAS

- PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. *Atualismo 1.0* - Como a ideia de atualização mudou o século XXI. 1. ed. Ouro Preto: SBTHH, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.